



O CFF na cena farmacêutica

Jaldo de Souza Santos,
Presidente do Conselho Federal de Farmácia.
E-mail: presidencia@cff.org.br

O Conselho Federal de Farmácia foi uma presença marcante na cena farmacêutica, nos últimos dez anos, período em que a profissão obteve as mais expressivas conquistas, em que mais se realizou em favor da saúde e da profissão, e em que foram implantados marcos decisivos não só pra a Farmácia, mas para a saúde em geral. E o CFF tem sido um personagem ativo no contexto das transformações que sacudiram o setor, na década, porque ele é o próprio agente transformador.

Por isso, tenho a firme convicção de que o CFF está no caminho certo de suas ações e que o seu papel é imprescindível para a história farmacêutica brasileira e regional. Em entrevista a esta revista, nesta edição, o Secretário-Geral da FIP (Federação Farmacêutica Internacional), Ton Hoek, diz que os farmacêuticos brasileiros têm um papel de liderança na América do Sul. Estas palavras enchem-nos de orgulho e nos dá um sentido de responsabilidade dobrada.

Gostaria de pontuar alguns marcos da saúde e de nossa profissão fincados na década. O marco mais significativo foi a criação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) pela qual lutamos, obstinadamente. Defen-

díamos a criação de uma agência, inspirada na FDA, a referencial agência norte-americana do setor. Pedíamos um órgão que centralizasse toda a vigilância sanitária, no Brasil, e que fosse também um ponto de irradiação reflexiva sobre o setor. Levamos a nossa proposta a autoridades do Governo e do Legislativo Federal e somamos as nossas vozes às dos outros que, finalmente, conseguiram materializar os desejos de todos num órgão chamado Anvisa.

O conjunto normativo gerado pela Agência deu outra feição à área farmacêutica e levou crescimento ao setor e segurança ao usuário de medicamentos e de outros produtos e serviços de saúde. A Anvisa restringiu a propaganda de medicamentos, resolução que considero importante, embora defenda que a propaganda seja restrita exclusivamente aos profissionais da saúde que lidam com esses produtos e tenha caráter unicamente científico.

Outras normas fundamentais da Anvisa são as que criaram a certificação das boas práticas de fabricação de medicamentos; o SNGPC (Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados); o gerenciamento de resíduos de produtos de saúde,

OPINIÃO DO PRESIDENTE

a ampliação da obrigatoriedade dos testes de bioequivalência e biodisponibilidade para os medicamentos similares nos moldes do que ocorre com os genéricos; a abrangência da rede de farmacovigilância.

Recentemente, a Anvisa restringiu a propaganda de medicamentos, resolução que consideramos importante, embora eu defenda que a propaganda seja restrita exclusivamente aos profissionais da saúde que lidam com esses produtos e tenha caráter unicamente científico.

E estamos a um passo da edição de duas normas igualmente fundamentais, emanadas da Agência: a que regulamentará as boas práticas farmacêuticas em farmácias e drogarias, e a que disporá sobre as boas práticas para o gerenciamento de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para a saúde, de higiene e saneantes em serviços de saúde.

O Ministério da Saúde, por sua vez, criou a Política Nacional de Medicamentos, a Política de Genéricos e o Programa Farmácia Popular do Brasil, três diferenciais sanitários. Falar em genéricos, preciso lembrar que parte da Lei dos Genéricos foi discutida e formulada dentro do Conselho Federal de Farmácia. O CFF colocou à disposição dos Deputados, Senadores e técnicos do Ministério da Saúde alguns dos seus quadros técnicos para que os municiassem com informações científicas sobre o assunto.

Vale ressaltar que os dez anos trouxeram, como se num Iluminismo, uma proveitosa discussão sobre o modelo de farmácias comunitárias o qual abomi-

namos veementemente e propomos seja substituído. Estamos no núcleo das discussões. Parlamentares também estão discutindo o Projeto de Lei 4.385/94, de autoria da então Senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), que desobriga farmácias a manterem farmacêuticos.

Em resposta ao Projeto, surgiu o Substitutivo do Deputado Ivan Valente (PSOL-SP), propondo o resgate das farmácias como estabelecimentos de saúde e libertando-as das amarras mercadológicas e dos interesses financeiros a que foram lançadas. Nós apoiamos e lutamos pela aprovação do Substitutivo Ivan Valente. O fim deste modelo perverso de farmácias comunitárias é um ponto recorrente de nossas denúncias junto às autoridades governamentais e legislativas.

O CFF, neste período, passou a ter uma participação expressiva e enriquecedora nos principais fóruns de saúde, como o Conselho Nacional de Saúde, as Câmaras Técnicas e Setoriais da Anvisa e do Ministério da Saúde. De sorte que várias das normas ou propostas dos mesmos têm o toque do CFF. O Conselho, também, realizou eventos técnicos e científicos, com vistas a gerar propostas que melhorassem a saúde pública à luz dos serviços farmacêuticos.

Se não foi propondo ou apoiando as proposituras dos órgãos públicos de saúde, foi, ele próprio – o CFF – o autor de pérolas normativas que deram norte à atividade farmacêutica. As Resoluções emanadas do nosso Plenário e que regulamentam as atividades dos farmacêuticos em praticamente todas as suas 71

diferentes áreas de atuação formam o que eu chamaria de “Bíblia Farmacêutica”.

Praticamente, não há um segmento da atividade que não esteja regulamentado. E, vale salientar, a Farmácia é uma profissão viva que, com o tempo, vai apresentando mudanças, expansões; vai se diversificando, modernizando-se. O nosso Plenário e as nossas Comissões temáticas acompanham, *pari passu*, todos os movimentos de nossa complexa profissão.

Não foi só no campo normativo que o CFF agiu de forma bem-sucedida. O órgão trouxe para o centro dos debates aquilo que era o desejo de todos os envolvidos com o ensino farmacêutico brasileiro na graduação: as mudanças. Elas eram consideradas necessárias, mas os atores da área (coordenadores e diretores de curso, professores e acadêmicos) não encontravam um canal para lhes dar fluidez. Foi, aí, que o CFF capitaneou o anseio de todos e fez com que nascessem as Diretrizes Curriculares Nacionais, fruto de um processo democrático de discussões, e que vieram para dar um novo rumo ao ensino.

As discussões sobre um novo modelo de ensino só foram possíveis, graças à Conferência Nacional de Educação Farmacêutica, criada pelo CFF, através de sua Comissão de Ensino. A Conferência, em suas várias edições, foi o fórum dos debates. Ela produziu a centelha que faltava para deflagrar o processo de elaboração da proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais, instituídas pelo Ministério da Educação, em 2002.

As Diretrizes estão substituindo o arcaico modelo tecnicista de ensino de Farmácia por um mais universal, que contemple os saberes humanísticos e que reúna as modalidades farmacêuticas na graduação, o que é conhecido como formação generalista.

As ações do Conselho Federal de Farmácia, no contexto da educação farmacêutica, foram mais longe. Implantadas as Diretrizes, entramos numa nova fase da luta: a de apontar caminhos às instituições de ensino para que estas se adaptem ao novo modelo de ensino. Em seguida, lutamos – e saímos vitoriosos – pela implantação de um tempo mínimo para os cursos de Farmácia. Resultado: o MEC aprovou um currículo de 4 mil horas, o que corresponde ao tempo proposto pelo CFF, de 4.800 horas/aula.

Seria impossível se pensar na formação de um farmacêutico, oferecendo-lhe menos de 4.800 horas/aula de ensino. O farmacêutico é um profissional com diferentes habilidades, competências técnicas, conhecimentos humanísticos e sociais. E isso não seria acumulado, sem este tempo mínimo de ensino na graduação.

Em 2008, criamos a Fundação de Ciências Farmacêuticas do Conselho Federal de Farmácia. A Fundação vai oferecer cursos de pós-graduação. Antes, implantamos o revolucionário curso “O Exercício Profissional Diante dos Desafios da Farmácia Comunitária”, voltado para a qualificação dos farmacêuticos que atuam em farmácias comunitárias. O curso está sendo realizado, nas capitais brasileiras, e, em 2009, será ofere-

cido à distância, via Internet, a todos os profissionais brasileiros, não importa onde estejam.

INTERNACIONAL - Em setembro de 2001 -, em Cingapura, assinamos a filiação do CFF à FIP (Federação Farmacêutica Internacional), o órgão máximo dos farmacêuticos, no mundo. Ali, foi o cimo da política externa que delineamos para o Conselho e que inseriu o Brasil no ambiente farmacêutico internacional. A unção desta política foi a realização do Congresso Internacional da FIP, em Salvador (Bahia), em 2006. O evento atraiu 3 mil farmacêuticos, entre brasileiros e de outros 30 países de todos os Continentes.

Mas já havíamos nos aproximado de outras instituições internacionais, como a Fefas (Federação Farmacêutica Sul-Americana), Fepafar (Federação Pan-Americana de Farmacêuticos), o FFA (Fórum Farmacêutico das Américas). Aproximamos, ainda, da OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde), órgão da OMS (Organização Mundial da Saúde).

Há uma ação desenvolvida pelo CFF a qual gostaria de salientar, de forma especial. Ela é impalpável, vez que é de princípios, é filosófica. Trata-se da revolução que vem sendo deflagrada dentro da consciência dos farmacêuticos, no sentido de que eles assumam as suas responsabilidades sociais como profissionais da saúde. A atenção farmacêutica é um dos caminhos para a concretização deste pressuposto e a ela temos nos dedicado do ponto de vista de sua divulgação e qualificação dos profissionais.

Em janeiro de 2008, estive-

mos com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, a quem fomos entregar a Comenda do Mérito Farmacêutico Internacional. O Presidente perguntou-me: “Jaldo, o que os farmacêuticos querem?”.

Respondi-lhe: “Presidente, os farmacêuticos querem servir no SUS. Temos recebido notícias de problemas graves acontecendo no PSF e em outros programas públicos voltados à atenção básica, por causa da ausência dos serviços farmacêuticos nesses programas. Exemplos são o desperdício com medicamentos, a não adesão do paciente ao tratamento, as interações medicamentosas e outros problemas que causam prejuízos à saúde das pessoas e aos cofres públicos. Por isso, queremos servir no SUS”.

Então, o Presidente Lula olhou para o Ministro José Gomes Temporão, da Saúde, que estava ao lado, e lhe perguntou: ‘Como é isso, Temporão?’

O Presidente Lula respondeu ao meu apelo, dois dias depois, criando o NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), o espaço de atuação do farmacêutico no PSF (Programa Saúde da Família) que, em vários Municípios brasileiros, ressalte-se, já é responsável por uma inacreditável reviravolta na saúde pública.

Por ser tão marcante a década, nós a elegemos como tema da solenidade de comemoração ao Dia do Farmacêutico deste ano. Mas principalmente nós a temos como uma referência. E ela nos abre um desafio: o de lutarmos para que os próximos dez anos sejam um período igualmente próspero.